

Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos**

Cem anos depois de Durkheim ter afirmado «os indivíduos são mais importantes do que as coisas», tendo subjacente a questão do património no contexto da família e do casamento, a afirmação tornou-se um lugar-comum. Embora as questões patrimoniais continuem a colocar-se na transmissão familiar, o património a transmitir e preservar só se constitui como preocupação central quando se trata de grandes fortunas — o caso de muito poucos — e os constrangimentos económicos pesam também mais para os que estão nos limites da sobrevivência. Hoje está perfeitamente adquirido, e de forma bem mais explícita a partir dos anos 60, que os afectos são a pedra de toque essencial do que circula no casamento e na família, embora também aí circulem e sejam geridos outros bens materiais e simbólicos.

Mas esta tendência de evolução central do casamento e da conjugalidade ao longo do século XX e até ao século XXI não se traduz necessariamente na existência de uma lógica homogénea quanto às expectativas ou às modalidades de encarar e de viver as experiências conjugais. Dizer que se tende para uma determinada direcção e que para um conjunto cada vez mais significativo da população das chamadas sociedades desenvolvidas o que passa a ser determinante são os sentimentos não significa de forma alguma a eliminação da diversidade de lógicas em jogo na família e no casamento.

Este artigo tem por objectivo dar parcialmente conta dos resultados de uma investigação que se centrou na análise dos processos de conjugalidade e da questão feminina, no contexto da qual se procurou precisamente perceber como se jogam e articulam as diversas lógicas — sentimentos e afectos, gestão de recursos, identidades, realização pessoal, projecções no futuro, expectativas — na vida conjugal¹. Depois de uma discussão teórica em que se propõe a defini-

* Departamento de Sociologia do ISCTE; CIES.

** Agradeço a Karin Wall a leitura atenta deste texto e os comentários e sugestões para o melhorar.

¹ Anália Torres (2000), *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade, Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

ção de um conceito de conjugalidade e onde se procuram explicar alguns dos pressupostos de partida e dos elementos fundamentais do modelo de análise, identificam-se e analisam-se as diferentes formas de conjugalidade, os tipos de centramento identitário e os tempos da dinâmica conjugal e do ciclo de vida.

Limita-se este texto a aspectos parciais da pesquisa em causa. Tendo sido definidos três núcleos problemáticos da investigação, por questões de economia de espaço decidiu-se desenvolver apenas mais aprofundadamente um deles, o que diz respeito às dinâmicas, trajectórias e formas de conjugalidade e ao género. A análise do tema referente à relação entre conjugalidade e mudança social, outros dos núcleos problemáticos, e aquele em que se desenvolvem as interacções entre vida conjugal e trabalho não serão aqui analisados².

Faz sentido, desde já, identificar algumas das linhas gerais da investigação. Como se referiu, as interrogações centrais construíram-se à volta da conjugalidade e da relação entre o casamento e a chamada questão feminina. O quadro teórico e o modelo de análise beneficiaram dos debates travados desde Durkheim sobre essas duas temáticas, dos contributos e abordagens da sociologia, dos estudos sobre as mulheres e, em particular, da sociologia da família.

A discussão de alguns temas centrais desenvolveu-se directamente a partir das propostas de autores de referência, como Durkheim, Simmel, Burgess, Parsons, Goode, até às propostas feministas dos anos 70 (Torres, 2001). Outras problemáticas importantes — casamento e classe social, género, dominação masculina, divisão sexual e social do trabalho, mudança social, sentimento amoroso — abordadas nos últimos quarenta anos foram analisadas a partir das propostas de autores contemporâneos³.

O enfoque teórico assumido implicou desde logo a procura da superação da dicotomia macro-micro. Mas também na metodologia desenvolvida se exploraram complementaridades entre o extensivo e o intensivo, o quantitativo e o qualitativo, através da informação disponibilizada pelos inquéritos por questionário realizados⁴ e pelas entrevistas⁵. Assim, foi possível reconhecer nas histórias pessoais os constrangimentos e as condicionantes decorrentes das condições de

² Estão no prelo dois livros, *Casamento em Portugal* e *Vida Conjugal e Trabalho*, onde estas temáticas são desenvolvidas.

³ No livro *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, já publicado, dá-se conta dos debates teóricos sobre o casamento e a questão feminina desde Durkheim aos autores contemporâneos.

⁴ Referem-se no fundamental dois inquéritos por questionário. O primeiro foi aplicado a uma amostra representativa do conjunto da população residente nos sete concelhos da Grande Lisboa. Inquiriram-se 493 grupos domésticos que tinham, em 1997, pelo menos uma criança menor de 11 anos de idade a seu cargo. Para o outro questionário foi construída uma amostra representativa da população entre os 20 e os 50 anos, tendo sido inquiridos, no continente, 1700 homens e mulheres em 1999. A iniciativa destes inquéritos relaciona-se com a participação da investigadora na rede internacional de pesquisa «European Network for the Division of Paid and Unpaid Labor between Women and Men», integrando o núcleo que concebeu e elaborou um inquérito aplicado em vários países europeus.

⁵ Realizaram-se cerca de 80 entrevistas a casais que residem na área metropolitana de Lisboa, de vários classes sociais, idades e durações de casamento. As entrevistas, dada a definição das

existência que se adivinhavam de forma clara nas respostas aos inquéritos. Mas também se reconheceram nos discursos na primeira pessoa as margens para agir, os espaços de manobra dos actores sociais, as tentativas de contornar os constrangimentos e as condicionantes estruturais. Através da técnica da entrevista em profundidade procurou-se explorar a perspectiva individual de homens e de mulheres do mesmo casal, entrevistando-os separadamente. Partiu-se, assim, do indivíduo no contexto do casal como unidade de análise. Considerou-se, por isso, que se ouviram as *duas vozes* do casamento, em *três andamentos*, já que foram seleccionados entrevistados com durações de casamento diferentes — até aos dez anos de duração, dos onze aos vinte e dos vinte e um e mais anos —, a que fizemos corresponder três tempos: o *tempo da instalação*, o *tempo das mudanças* e das *transições*, o *tempo da conformação* ou da *realização pessoal*.

Os casais entrevistados pertenciam ainda a sectores sociais diferentes, o que deu origem, entre outros critérios, à identificação de formas de conjugalidade também distintas: *institucional*, *fusional* e *associativa*. Associando estas diferenças às de género, foi possível verificar de que forma cada um dos membros do casal pratica e interpreta as diferentes formas de conjugalidade, já que não existe necessária convergência entre eles. Em vários casos, com efeito, os dois membros do casal assumem a defesa e a prática, real ou tendencial, de formas de conjugalidade distintas.

Identificaram-se ainda tipos de centramento diferentes — *parental*, *conjugal* e *de realização pessoal* e/ou *profissional*, *lazer* — com o objectivo de identificar modalidades diferenciadas de posicionamento de cada elemento do casal e, por vezes até, de variações do mesmo indivíduo em momentos diferentes do seu trajecto perante essas distintas áreas de investimento.

Procuraram-se as coincidências e descoincidências do discurso e do relato referentes à mesma situação objectiva, estimulou-se o contar da história na primeira pessoa, com questões precisas sobre o antes e o depois do casamento, em múltiplas dimensões da vida conjugal e também paralelas a ela, incitando à reflexão sobre si próprio e sobre o outro no contexto conjugal e fora dele.

DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O CASAMENTO. CASAMENTO E AMOR

Nos últimos anos, no campo da sociologia da família, tem-se notado uma tendência para a autonomia do tema casamento ou conjugalidade na análise e na pesquisa empírica sobre dinâmicas familiares⁶. Apesar de ser de notar

pistas e hipóteses de investigação, foram efectuadas isoladamente a cada membro do casal e dizem respeito a indivíduos que nunca se separaram ou divorciaram.

⁶ Os próprios títulos de obras mais relevantes, sobretudo na literatura europeia, são sugestivos dessa autonomização, como, por exemplo, J. Kellerhals, *Mariages au quotidien* (1982), F. de Singly, *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale* (1987), e J. C. Kaufmann, *Sociologie du couple* (1993).

tal tendência e de ela ser reveladora de mudanças que ocorreram na família nos últimos anos, não se pode esquecer que as delimitações empíricas do objecto dependem muito mais das perspectivas teóricas que se adoptam do que desta ou daquela «imposição» da realidade. Embora o casamento e o casal tenham ganho estatuto empírico autónomo, nem por isso deixaram de se fazer análises que o enquadram numa perspectiva teórica mais vasta, incluindo-os no sistema familiar. É o caso de Parsons (Parsons e Bales, 1956 e 1968) e de alguns seguidores contemporâneos⁷.

Continua-se a considerar o casamento também produto de interacções regidas por normas de regulação e coesão particulares, como foi de início o caso de Burgess (1960) e é, mais recentemente, o de Kellerhals (1982). O último autor associa as interacções internas ao casal e à família ao estatuto social dos actores, enquanto outros insistem no casamento como produtor de sentido e identidade (Berger e Kellner, 1964 e 1975) valorizando também as relações internas ao casal mas, sobretudo, o papel «nómico» do casamento e, nesse sentido, construtivo, identitário e existencial. Há ainda quem o defina a partir de enfoques específicos, de nível macro, como acontece com a proposta dos lugares ocupados na divisão social e sexual do trabalho (Chaudron, 1984; Kergoat, 1984; Barrère-Maurisson, 1984) e com a visão sobre o casamento, identificando-o com estratégias e lógicas de reprodução social (Bourdieu, 1972). Autores há também para os quais o que importa acentuar é a ideia de casamento como forma particular de produção de trabalho gratuito e de dominação masculina (Delphy, 1978 e 1992). A completar esta pluralidade de pontos de vista sobre o casamento interessa ainda referenciar os que o enquadram, nos dias de hoje, numa abordagem da família contemporânea como família relacional (Singly, 1993; J. C. Kaufmann, 1993).

A diversidade destas perspectivas é por si só indicativa de que a escolha de uma delas tem como consequência um olhar específico sobre o real. Como é lógico, e apenas para dar um exemplo, se se insiste numa perspectiva interaccionista «pura», privilegia-se o contexto das interacções no casal e tender-se-á a deixar relativamente na sombra uma abordagem que contextualize a conjugalidade na lógica familiar mais alargada ou numa rede mais vasta de relações sociais, sejam as de género, sejam as da divisão social do trabalho.

A análise das diferentes definições conceptuais sobre o casamento e a conjugalidade e o debate teórico que suscitaram contribuirá para definições centrais no contexto da pesquisa. Optou-se por uma formulação conceptual específica, que adiante se explicitará.

⁷ Podemos considerar os seguidores da teoria sistémica como adoptando uma perspectiva do mesmo tipo da de Parsons.

As mudanças operadas no decurso do século XX no campo das relações familiares e das realidades que com elas directa ou indirectamente se entrelaçam são bastante visíveis.

Com efeito, o século XX tem, entre outros, dois importantes protagonistas: as mulheres e o amor. As primeiras foram ultrapassando as limitações impostas e mostraram, a partir de diversos contextos sociais, o que sabiam, o que faziam e o que estavam dispostas a dar, muito para além da função materna a que as tinham querido limitar. De uma ideia de *mulher-natureza*, circunscrita no ser e na acção aos condicionamentos biológicos, passámos para uma ideia de *mulher-indivíduo*, dona do seu destino, responsável por si e pelos seus actos. Processo de transformação ainda em curso, com atalhos e curvas sinuosas.

Quanto ao amor, passámos da vertigem do amor romântico do século XIX, tão bem retratada por Camilo, para quem o amor e o casamento não deviam ter por obstáculo a condição social, para a associação normalizada entre conjugalidade e sentimento amoroso. O casamento por amor impôs-se como a grande solução para o mal-estar conjugal, como garantia contra o desenfundamento. A partir dos anos 60 do século XX, no entanto, o amor, condição necessária para a união conjugal, passou a ser insuficiente se limitado apenas ao início da relação. Mais do que pretexto inicial para o casamento, passou a ser fundamental que o amor e o entendimento perdurassem ao longo da relação. É esta nova perspectiva que está implícita na subida das taxas de divórcio das últimas décadas.

Deste modo, as histórias de paixão, amor e desamor deixaram o romance e as telas do cinema e passaram, para muitos, a factos do quotidiano, sem a grandeza e o esplendor, bem entendido, que a tela ou o papel conferem a esses sentimentos e emoções. Hoje em dia, aliás, não cai bem afirmar que se casou por interesse. Pelo contrário, se alguém justificar um acto menos comum com a ilógica da paixão, encontrará em muitos um olhar cúmplice ou benevolente.

Se a família, o casamento, ou mesmo a chamada questão feminina, constituem objectos de análise consagrados na sociologia, já o tema do amor o tem sido menos. Com algumas excepções, ele só parece suscitar maior interesse dos sociólogos na década de 90 do século XX (Torres, 2001). A legitimidade de alguns grandes nomes, como os de Luhmann (1986), Giddens (1991 e 1992) e o do casal Beck (1995), que se debruçaram sobre o assunto nestes últimos anos, contribuiu para lhe dar mais visibilidade e estatuto. O tema conhece hoje uma profusão de abordagens.

Por outro lado, a análise, do lugar da sociologia, das realidades acima descritas coloca desafios e questiona algumas das teorias estabelecidas. Na verdade, seria muito difícil imaginar estas evoluções a partir das perspectivas teóricas que insistem, sobretudo, nos constrangimentos impostos aos indiví-

duos e que lhes limitam, irrevogavelmente, as margens de manobra. Em contrapartida, os que têm apostado nas teorias da escolha racional, ou que sublinham principalmente o sentido subjectivo da acção, teriam também dificuldade em admitir a persistência das assimetrias de poder que se jogam na afirmação da vontade individual.

Aqui se tentarão também sintetizar algumas das orientações teóricas que foram desenvolvidas na pesquisa no sentido de ultrapassar problemas atrás identificados. É sobre a formulação de alguns conceitos, como o de conjugalidade e o de *formas de conjugalidade*, que se desenvolvem de seguida algumas considerações.

RECURSOS, AFECTOS, SENTIDO E IDENTIDADE, GÉNERO E CONTEXTO: CINCO DIMENSÕES DA CONJUGALIDADE

Numa perspectiva sociológica, o que se pensa, o que se espera e o que se vai praticando no casamento dependem, de forma genérica, de dimensões contextuais — recursos, tempo histórico, momento do ciclo de vida, culturas — e de dimensões existenciais e identitárias. As vertentes psicológicas, decisivas para explicarem toda a outra, e muito importante, parte da história, estão ligadas e interagem de forma muito particular com as sociológicas.

Em primeiro lugar, na perspectiva que temos vindo a defender, a conjugalidade inscreve-se em relações e trajectórias sociais e de género. Isto é, ela ocorre num dado momento do percurso pessoal de um significativo conjunto de indivíduos, percurso esse social, cultural e ideologicamente marcado de forma diferenciada, de acordo com as condições de existência e com o género, já que é diferente também o que se considera ser o comportamento adequado para os dois sexos em sectores sociais distintos.

Por outras palavras, na «unidade de personalidades em interacção [...] com vista à gratificação mútua» de que Burgess⁸ falava, as personalidades não são apenas unidades psíquicas, mas também personalidades sociais e «sexuadas». É esta a interpretação que beneficiou na pesquisa do contributo de vários autores, de Kellerhals (1982) a Singly (1987 e 1987a), a Kaufmann (1992 e 1993) e a Bozon (1990 e 1992), entre outros. Houve a preocupação de articular estatuto social e casamento, salientando também a importância do «sexo» dos capitais e as vantagens particulares do uso do conceito de género.

A segunda dimensão da conjugalidade é a que se refere à produção de sentido e de identidade. A conjugalidade contribui, no plano existencial, para duas

⁸ Relembre-se a definição de Burgess de família: «unidade de personalidades em interacção, existindo primordialmente para o desenvolvimento e gratificação mútua dos seus membros unidos mais por coesão interna do que por pressões externas» (Osmond, 1987, p. 113).

importantes esferas de produção de sentido. Por um lado, através da relação com um outro significativo, que é uma relação validante na acepção de Berger e de Kellner (1975/1964). Mas, para além da relação com o outro, está a promessa de outros investimentos «existenciais» ligados à produção de seres humanos. Essa promessa encerrada na parentalidade acrescenta sentido existencial.

Ora a produção de sentido está igualmente associada, como os autores americanos apontam e mais recentemente tem sido sublinhado por Giddens (1991), à identidade pessoal e social. Através da relação com o outro significativo obtenho recompensa e gratificação pessoal, construo uma maneira de ver o mundo e de me ver a mim enquanto indivíduo. Através dessa relação posso ainda ter um estatuto, dar sinais da minha pertença ao grupo (dos adultos, dos casados, dos homens, das mulheres), cumprindo, assim, aspectos importantes da minha identidade social.

Se usamos aqui a perspectiva de Berger e de Kellner, também dela nos distanciamos sobretudo em dois aspectos relevantes. Em primeiro lugar, a ideia de que a conversa quotidiana no contexto da interacção conjugal «cria» realidade — ao construir uma visão do casal sobre o mundo e os outros é a própria realidade que é também construída —, apesar de adequada, tende a dar uma imagem do casal como se ele fosse constituído por uma só voz colectiva, uma voz em unísono. A pesquisa mostrou realidades diversas, ou seja, o facto de algumas vezes essa voz ser resultante da imposição da vontade de um sobre a do outro ou o de, outras vezes, acontecer a existência de monólogos mais ou menos dissonantes, não de verdadeiras conversas, e de outras ainda o de acontecerem no casal constantes e subtis negociações. Quando se procura associar à ideia de identidade e de sentido o conceito de género, como se propõe, torna-se já possível prever a existência de dissonâncias e de assimetrias de poder.

Quanto à questão da identidade, é ainda possível salientar o facto, como Kellerhals (1982) sugere, de existirem tensões identitárias precisamente entre o «eu» e o «nós-casal», ou «nós-família», acentuadas, é preciso admiti-lo, por dificuldades e mesmo conflitos introduzidos pela associação entre identidade e género. De novo se reconhece a necessidade de articular as diferentes dimensões — classe, género, identidade pessoal e social — para explicar práticas e representações.

A terceira dimensão da conjugalidade que importa ter em conta diz respeito à afectividade, em sentido amplo, nela ocupando lugar de destaque a vertente amorosa da relação e a concretização da sexualidade. A esta dimensão só recentemente se tem prestado mais atenção no domínio da sociologia da família. Com efeito, a preocupação em demarcar o estudo sociológico do casamento de perspectivas psicológicas e de uma lógica centrada nos indivíduos levou a que durante muitos anos, no domínio da sociologia da família, os sentimentos e as emoções não fossem considerados

uma mola impulsadora da acção suficientemente poderosa nem contassem analiticamente como motivo suficiente para justificarem as uniões conjugais.

Na verdade, uns insistiam na dimensão macro e em funções, papéis e sistema, outros apostavam numa perspectiva de estratégias matrimoniais e de reprodução social, outros ainda descobriam regularidades sociais onde geralmente se via só escolha errática e cega às determinações sociais. Todos tendiam a subestimar, em todo o caso, como os últimos quarenta anos mostraram, a autonomia relativa do sentimento amoroso. Isto é, não se deu importância ao facto de o bem-estar afectivo e relacional assumir crescentemente, não de forma isolada mas sempre associado a outras dimensões sociais e de género, papel de relevo na razão de escolha, fundação, manutenção ou ruptura das relações conjugais.

O facto de se dizer que há outros aspectos, para além dos aspectos sentimentais e emocionais, que pesam na relação conjugal não significa, evidentemente, relegar para a inexistência aquela dimensão e desprezar as suas consequências no plano das próprias práticas e representações dos actores sociais. Embora também aqui faça sentido distinguir entre quem pode de facto fazer coincidir sentimentos com acções e quem apenas consegue fazer da necessidade virtude, a verdade é que para um conjunto cada vez mais significativo de pessoas vai sendo possível ter, no domínio amoroso, «segundas oportunidades» (Giddens, 1991, p. 10).

No campo da sociologia da família, Kellerhals (1982) foi dos primeiros a indicarem que a escolha sentimental e amorosa se fazia precisamente através da partilha dos códigos sociais. Salientava que, da mesma forma que em relações iniciadas numa lógica de conveniência poderia surgir a afectividade, também seria possível que relações onde prevalece a lógica romântica fossem alimentadas pela proximidade social e pelos interesses comuns dos cônjuges. Singly (1987a), ao criticar os limites da teoria da homogamia, sublinha igualmente a existência dos motivos amorosos e sentimentais na escolha do cônjuge. Giddens (1991), por seu turno, admite que nas sociedades de modernidade tardia as determinações sociais cada vez perdem mais peso na conjugalidade, tendendo a afirmar-se a relação auto-referenciada (*pure relationship*) e o amor-confluyente (Giddens, 1992).

Como dimensão do conceito de conjugalidade, a vertente afectiva inclui e transcende o sentimento amoroso e a sexualidade. Com efeito, as componentes afectivas inscritas na maternidade e na paternidade, além da produção de sentido existencial e dos efeitos identitários já referidos, assumem cada vez maior relevo. É o bem-estar afectivo das crianças que tende a estar no centro da vida familiar, perdendo simultaneamente relevo a dimensão estatutária da parentalidade.

Identificar especificamente esta dimensão envolvida na conjugalidade e distingui-la da dimensão amorosa justifica-se ainda porque se verifica que maternidade, paternidade, relação conjugal e amorosa, envolvem sentimentos em jogo na conjugalidade que entram em «concorrência», por vezes, no decurso do casamento.

A quarta dimensão inscrita na conjugalidade é a que identifica o casamento como fonte produtora de realidade, já não tanto no sentido simbólico, mas mais especificamente no sentido das condições materiais. Expliquemo-nos. Com a entrada na conjugalidade não se cria só uma situação nova em termos das condições materiais de existência — através, por exemplo, da partilha de recursos e despesas —, como sucede frequentemente quando se geram filhos e, com eles, novas relações afectivas. Ora este aspecto de criação em sentido literal e metafórico aponta para uma característica intrínseca e incontornável da conjugalidade: a sua dinâmica própria. É que a realidade nova que é criada — vida em conjunto, relações familiares, filhos — não só interpela os actores no sentido identitário, como cria um sistema específico de possibilidades e limites de acção (Ferreira de Almeida *et al.*, 1995, p. 28).

A sucessão de fases na vida conjugal não corresponde apenas a condições psicológicas, identitárias e de crescimento pessoal, mas traduz-se em novas condições. São os filhos pequenos dependentes ou já são autónomos e necessitam de outro tipo de cuidados? Estamos numa fase de início da carreira profissional, no meio ou no fim desta? Já está ultrapassada a fase de adaptação à relação e ao outro?

Há, assim, «tempos» diferentes na conjugalidade, por corresponderem a distintas situações objectivas. O número e a idade dos filhos, a duração da relação conjugal, a forma como se está inserido na actividade profissional, são exemplos de factores que contribuem para criar realidades objectivas diferentes, que geram e impõem, por sua vez, escolhas, decisões, formas de agir. Claro que o facto de os «tempos» corresponderem a dinâmicas próprias e a sistemas de possibilidades e limites deve ainda ser articulado ao factor género. O peso dos «tempos» disponíveis de cada membro do casal é também social e «sexuadamente» diferenciado. O casamento constitui-se em processo produtor de dinâmicas e constrangimentos específicos.

A quinta e última dimensão da conjugalidade remete para o facto de ser social e historicamente situada. Isto é, e usando a metáfora de Berger e Kellner, trata-se de uma longa conversa «interpelada» do exterior. As ideias, as orientações normativas e os valores sobre os domínios da conjugalidade, da família e da sexualidade vão mudando, como é particularmente visível nos últimos quarenta anos. Essa evidência aparece, em todo o caso, analiticamente subestimada nas abordagens teóricas sistémicas, ou que sublinham com demasiada ênfase a ideia de reprodução social, e o mesmo pode dizer-se das que insistem na perspectiva interaccionista. Numas e noutras a conjugalidade e a vida familiar são encaradas como «contexto», surgindo as suas lógicas próprias relativamente fechadas e imunes às contaminações e influências exteriores.

Ora a realidade da vida conjugal não se configura com tal isolamento, o que é muito visível nas sociedades contemporâneas e se torna, provavelmente, mais evidente ainda no caso português. Para dar um exemplo, no decurso da mesma história conjugal e no espaço de vinte e cinco anos, mudaram sig-

nificativamente as definições valorativas do que é considerado comportamento adequado perante o casamento, quer no feminino, quer no masculino.

A maioria dos entrevistados com mais de 40 anos casou numa época em que a união era considerada compromisso para a vida inteira e o divórcio uma dolorosa excepção. O horizonte legítimo de realização pessoal para as mulheres era o da maternidade e, mesmo que não se «condenasse», nalguns sectores sociais, a existência de actividade profissional, os homens estavam «por natureza» mais afastados das responsabilidades familiares e domésticas. Os últimos vinte e cinco anos mudaram consideravelmente o horizonte. O divórcio passa a existir como realidade mais frequente, sobretudo em certos sectores sociais, surgindo nas entrevistas como realidade bem próxima⁹, e o que antes era considerado norma relativamente à participação da mulher no mercado de trabalho ou ao não envolvimento dos homens nas tarefas domésticas e nas responsabilidades familiares é hoje correntemente questionado.

Poderia admitir-se que fosse apenas nas gerações mais jovens que esse efeito se traduzisse. Mas o que se verificou foi que mesmo nos casais com mais anos e em todos os sectores sociais se nota o efeito dessas transformações de valores. O que está bem? O que se praticava no início e ninguém punha em causa, ou o que se considera hoje normal mas não foi prática habitual no passado? Algumas vezes verifica-se uma espécie de rumor interior e sente-se ressentimento em relação ao passado. Outras regista-se apenas a perplexidade, o não entender ou não aceitar que as coisas tenham mudado no sentido em que mudaram. Os protagonistas do primeiro tipo de situações são, em geral, as mulheres e das segundas mais habitualmente os homens.

Parece, assim, indiscutível a necessidade de situar a conjugalidade nas coordenadas espaço/tempo para avaliar, nomeadamente, de que forma as transformações de valores interpelam os actores sociais e que efeitos têm nas suas práticas e representações. Na verdade, as ideias circulam, interferem e podem, em certos contextos sociais, mais do que noutros, chegar mesmo a transformar as relações e os processos sociais.

FORMAS DE CONJUGALIDADE, TIPOS DE CENTRAMENTO, GÉNERO

Como já se referiu, a análise das entrevistas permitiu identificar três formas de conjugalidade¹⁰: a *institucional*, a *fusional* e a *associativa*. Veja-se agora como foram definidas essas diferentes formas de conjugalidade.

⁹ Com efeito, alguns dos entrevistados do grupo de duração do casamento dos vinte e mais anos dos sectores intermédios ou das profissões intelectuais e científicas afirmaram que no grupo dos amigos próximos eram dos poucos que permaneciam casados.

¹⁰ Para melhor clarificação do próprio conceito de *formas de conjugalidade*, v. Torres (1996 e 2000).

A forma de conjugalidade *institucional* é aquela que está associada, no essencial, a uma visão do casamento como instituição, que importa preservar acima de tudo. O casamento e a família, nesta óptica, são encarados como destino natural, que implica o cumprimento de papéis, responsabilidades e deveres que se impõem ao indivíduo. Verifica-se, nesta forma de conjugalidade, a tendência para um maior centramento na relação parental do que na relação conjugal. Aliás, é, em geral, o desejo de ter filhos, fundar uma família e passar ao estatuto e ao «estado» de adulto que surge como pretexto e motivo fundamental para o casamento.

Se, no caso dos homens, o casamento, nesta forma de conjugalidade, está associado à ideia de perda da liberdade, no das mulheres surge mais como aquisição valorizada de estatuto. Existe uma clara diferenciação dos papéis sexuais — instrumental e expressivo —, bem como uma forte assimetria entre os sexos, mesmo quando as mulheres também desempenham o papel instrumental e trabalham fora de casa.

Os indivíduos que foram classificados nesta forma de conjugalidade ocupam posições específicas no espaço social, na dinâmica das gerações e são também diferenciados quanto ao sexo. Enquanto discurso sistemático e elaborado, ou «ideologia», o *casamento instituição* aparece, de forma frequente, protagonizado pelos homens dos sectores operários com idade superior a 40 anos. Mas também surge, mais enquanto resultante prática do que como discurso elaborado, no outro extremo da escala social e nos dois sexos, isto é, nos sectores sociais oriundos da burguesia proprietária, eles próprios dos mesmos sectores, ou da burguesia profissional. No plano das normas e representações, concluiu-se que os factores ideológicos e os religiosos podem igualmente contribuir para configurar esta perspectiva mais institucionalizada do casamento.

A forma de conjugalidade *fusional* parece assumir uma modalidade mais romântica, pelo menos no que diz respeito à forma como o projecto conjugal e familiar é relatado. Tendencialmente, neste contexto, os futuros cônjuges casam porque gostam um do outro, querem estar juntos e também tornar-se adultos protagonizando o seu próprio destino. É na perspectiva da partilha romântica e do amor que surge a ideia de ter filhos. O projecto caracteriza-se assim como «fusionalmente» parental e conjugal, passando a constituir a aposta central que dá sentido à vida dos indivíduos.

Retomando a definição proposta por Kellerhals (Kellerhals *et al.*, 1982), esta modalidade de encarar o casamento traduz-se no relevo dado aos valores que insistem na exclusividade e na perenidade do laço conjugal, na escolha de modos de relação onde o nós-casal se sobrepõe ao «eu» e no recurso a símbolos sociais que dão visibilidade à existência do grupo, como tal, em relação ao exterior. O acento tónico posto na vida familiar é tanto mais pronunciado quanto mais escassas são as possibilidades de se realizar profissionalmente «fora» (Kellerhals *et al.*, 1982, p. 94).

Na forma de conjugalidade fusional a diferenciação de papéis entre os sexos é menor do que na institucional, mas continua a dominar a assimetria, sendo sempre as mulheres a responsabilizarem-se pelas tarefas domésticas e pelos cuidados familiares.

Os «defensores» e «praticantes» desta forma de conjugalidade encontram-se entre sectores operários mais jovens (homens e mulheres) e nos sectores intermédios (pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia e pequena burguesia de execução¹¹). Eles atravessam as diferentes gerações, aqui identificadas, quer a partir da duração do casamento, quer da idade.

Finalmente, a forma de conjugalidade *associativa* é caracterizável como uma «associação» de dois indivíduos autónomos em deveres e direitos com vista à promoção do bem-estar conjugal e familiar. Este não pode colidir nem sacrificar a autonomia individual e os projectos de realização pessoal. Nesta forma de conjugalidade os indivíduos não esgotam o essencial da sua identidade nas dimensões familiares e conjugais, assumindo a existência de diversos projectos personalizados. Tal como na forma de conjugalidade fusional, é a perspectiva romântica que funda a relação e é na sua continuidade, como consequência natural do amor conjugal, que surgem os filhos a completarem esse projecto. Mas, ao contrário da lógica fusional, os indivíduos têm mais autonomia, precisamente também porque não esgotam a sua definição identitária nesta dimensão da vida. Não é o nós-casal e o nós-família que se impõe aos indivíduos, mas é antes o bem-estar continuado destes que garante o bem-estar do colectivo. A perenidade da relação depende assim da concretização e da reafirmação desse bem-estar afectivo e emocional. Se no plano da definição e do discurso ideológico este é o modelo que mais claramente prevê a tendência para uma certa indiferenciação no desempenho de papéis entre homens e mulheres — ambos devem assumir as responsabilidades domésticas e familiares e as profissionais —, na prática da vida familiar e conjugal tal indiferenciação não se atinge.

No que toca, globalmente, a todas as formas de conjugalidade, houve a preocupação teórica e metodológica de individualizar a perspectiva de homens e de mulheres no quadro da vida conjugal e familiar — o que, em geral, não surge de forma tão evidente quando se assume a definição destas tipologias familiares — para melhor poder analisar os efeitos de género. E tornou-se evidente que, a não se desenvolver esse esforço, se perderiam de facto diferenças, elas diluir-se-iam na preocupação de identificar uma resultante global caracterizadora do casal.

A focagem separada de homens e de mulheres permitiu identificar vários tipos de situação quanto ao género e às formas de conjugalidade. Nuns casos homens e mulheres tendem para a mesma forma de conjugalidade, com ver-

sões ligeiramente distintas, enquanto noutros existe nitidamente a defesa de formas de conjugalidade diferentes. Na prática, porém, acaba por uma forma de «funcionar» se impor à outra e, em geral, é a forma de conjugalidade defendida e praticada pelos homens, a sua maneira de ver e de fazer, que acaba por se tornar dominante, ao contrário do que por vezes se pensa. Nestas situações tende a acontecer também, em certos sectores sociais mais do que noutros e nas gerações mais velhas e menos nas mais novas, que as mulheres procuram negociar alguma margem de manobra e autonomia, manifestando mais ou menos explicitamente a sua insatisfação. Mesmo assim, encontra-se aqui com clareza o sinal do prolongamento no terreno da conjugalidade e da família das assimetrias de poder entre homens e mulheres que se verificam nas outras esferas da vida social.

Um outro foco de interesse foi o dos chamados *tipos de centramento*. A identificação de modalidades diferentes de «investir» na vida conjugal, na família, na profissão, no lazer, surgiu ao procurar responder à velha questão de saber se homens e mulheres atribuem significados diferentes à conjugalidade e ao tentar, igualmente, escrutinar o estereótipo segundo o qual as mulheres só se interessariam pelos filhos e pela família e muito menos pela profissão.

Ficou claro que as modalidades de investimento na vida conjugal, na família e nos filhos, na profissão, no lazer, são, na verdade, diferenciadas. Mais uma vez se revelou, em todo o caso, a necessidade de ultrapassar visões estereotipadas, nomeadamente quanto à diferença entre homens e mulheres. Com efeito, pudemos encontrar todas as modalidades e combinatórias possíveis de investimento. Desde as que se centram basicamente num dos tipos de investimento — projecção pessoal e profissional, por exemplo — às que atribuem mais importância à relação conjugal e amorosa e menos à parental, ou o inverso, até às que apostam de forma polivalente e relativamente equilibrada em todas as dimensões referidas. Ao longo do ciclo de vida e no decurso das dinâmicas específicas da conjugalidade acontecem também inflexões e mudanças de acento tónico de uma dimensão de investimento para outra — por exemplo, da conjugal para a parental, esta para a primeira, das duas para a profissional — ou exclusividades diversas.

Identifiquem-se agora alguns dos traços fundamentais de cada *tempo* e as modalidades de articulação entre *formas de conjugalidade* e dos *tipos de centramento*.

O TEMPO DA INSTALAÇÃO: TENSÕES PARA ALGUMAS, ESTATUTO PARA OUTROS

Ao sintetizar as características fundamentais da situação dos casados no *tempo da instalação*, sublinhou-se que se tratava de uma fase de adaptação

e de acertos. Adaptação ao outro, à situação relacional, à mudança de papéis que representa o nascimento dos filhos. Foi uma característica captada quer a partir das entrevistas dos casados há menos de dez anos, quer a partir do discurso retrospectivo dos que tinham casado há mais tempo. Sobre essa fase quase sempre se diz sofrer períodos mais ou menos conflituais. Houve mesmo dois casais que pareciam ter-se bloqueado numa situação que, se não era de conflito aberto, seria, pelo menos, de claro desentendimento. Todos os outros falaram de momentos de tensão, aborrecimento ou conflito pelos quais foram passando.

As expectativas diferenciadas sobre o casamento, o facto de se estar perante uma fase muito intensa — a de todos os começos — e os diferentes modos de encarar a conjugalidade, os condicionamentos de género ou as condições de existência em sentido lato, podem contribuir, entre outros factores de carácter psicológico e individual, para a ausência ou existência desses conflitos ou para que eles sejam mais ou menos acentuados.

Vimos assim, nos sectores operários, menor acento tónico na tensão e divergência e maior tranquilidade relativa nesta fase inicial do casamento. Dominando claramente a forma de conjugalidade *fusional*, ambos os membros do casal se mostram, em geral, muito mobilizados pelo projecto parental, embora seja também clara a aposta em limitar o número de filhos. Revela-se bem nos discursos destes entrevistados a centralidade da família no meio operário como área garantida, controlada, próxima, desempenhando a função de microcosmos protector (Nunes de Almeida, 1993; Schwartz, 1990, p. 516).

O casamento, para os homens, é uma «honra» e a comprovação da passagem à condição de adulto responsável (Vale de Almeida, 1995, pp. 222 e 267). A paternidade significa ainda para eles demonstração de virilidade e masculinidade, assumindo os filhos o sentido de «obra» (Schwartz, 1990, p. 409). As mulheres, mesmo quando trabalham no exterior, avaliam a maternidade como projecto identitário central, revelando-se factor de segurança e de respeitabilidade. O casamento e a constituição de família representam, para ambos os cônjuges, estatuto, identidade pessoal e social, integração. Os outros meios de acesso e de pertença serão, geralmente, difíceis de alcançar. Acresce a este conjunto de características a perspectiva, mais evidente nas mulheres, de uma avaliação positiva em termos de trajectória familiar intergeracional: elas acham, em geral, que têm mais direitos e que são mais respeitadas do que as suas mães o foram nos respectivos contextos conjugais e intrafamiliares.

Quanto aos tipos de *centramento*, as conclusões, neste sector social, confrontaram-nos com alguns aspectos interessantes e talvez inesperados. Enquanto as mulheres tendem a avaliar positivamente o investimento profissional, os homens mostram-se bastante desiludidos com esta dimensão da vida. Talvez se verifique aqui também uma relação inversa em relação às expectativas

iniciais: eles esperando muito mais no plano identitário desta esfera, como os pais ou como os modelos masculinos mais velhos que lhes servem de referência; elas, trabalhando no exterior numa perspectiva no essencial utilitária, vêm depois descobrir as vantagens, no plano relacional e pessoal, dessa participação na actividade. Vimos, aliás, como as lógicas de solidariedade, fusão e entreatajuda no casal parecem ser acentuadas pela respeitabilidade conferida pelo facto de as mulheres contribuírem monetariamente para a casa.

O centramento especificamente na relação conjugal parece ser menos sublinhado do que noutras formas de conjugalidade e surge como mais indistinto em relação ao projecto parental. Isso não significa, contudo, ausência de projecção romântica, que surge ainda mais vincada ao comparar este grupo com o dos operários mais velhos, os quais defendem e praticam a forma de conjugalidade institucional. Mesmo na relação com os filhos se nota uma mudança intergeracional. Os mais novos assumem comportamentos considerados mais modernos, como «assistirem ao parto», e preocupam-se directamente com os filhos, querendo ser eles, e não os pais ou os sogros, a educar a «sua» criança. Os mais velhos investem nos filhos segundo um modelo mais institucional e numa lógica autoritária — escondem o afecto, impõem a regra, admiram-se de verem reacções dos filhos completamente diferentes das que teriam tido quando eram crianças.

Em síntese, não será neste sector social, onde predomina a forma de conjugalidade fusional, que as tensões identitárias e as dificuldades inerentes a esta fase da instalação e dos grandes começos são mais intensamente referidas e vividas.

Também é um pouco esta a conclusão que se retira quando se analisam os sectores intermédios, onde, tal como no dos operários, se partilha a forma de conjugalidade *fusional*. Aqui, no entanto, os investimentos encontram-se mais repartidos. A relação conjugal começa a aparecer como dimensão autónoma («precisávamos de mais tempo para nós dois...»). A actividade profissional tanto pode ser investida como não, dependendo do tipo de emprego. Também neste subconjunto as mulheres valorizam os benefícios da actividade profissional, enquanto os homens mostram algum desinteresse, eventualmente também relacionado com o facto de avaliarem o próprio trabalho como pouco estimulante. A paternidade e a maternidade são altamente investidas. A proximidade entre homens e mulheres parece grande e as lógicas de entreatajuda para o colectivo da família, que caracterizam a forma de conjugalidade fusional, estão claramente presentes. Também aqui o casamento é visto como acréscimo de estatuto e respeitabilidade, quer para homens, quer para mulheres, sendo pouco visíveis as tensões que caracterizam os que têm acesso a investimentos alternativos (Kellerhals *et. al.*, 1982).

Na forma de conjugalidade *associativa*, onde incluímos os grupos domésticos em que pelo menos um dos cônjuges tem formação universitária, a

referência a dificuldades e tensões vividas nesta fase da *instalação* aparecem então mais frequentemente do que nos grupos anteriores. As diferenças entre homens e mulheres assumem características relativamente paradoxais: é grande a proximidade de ideias, de projectos e de experiências vividas nos trajectos anteriores ao casamento, tal como se partilha a perspectiva de aposta diversificada nas diferentes dimensões da vida (carreira, parentalidade, conjugalidade, lazer). Mas a análise das entrevistas revelou que, na prática, as diferenças assumem contornos claros. Na formulação dos projectos personalizados os homens são céleres e rápidos — quero fazer ou estou a acabar o mestrado, por exemplo —, enquanto as mulheres estão em *stand by* no plano dos investimentos profissionais e se queixam da sobrecarga de trabalho e da falta de apoios domésticos ou da falta de dinheiro para os obter. Os projectos pessoais femininos são hesitantes, estão sempre mediados pelas responsabilidades familiares, que assumem fundamentalmente como suas. O maior desejo, formulado por várias entrevistadas, surge como um apelo: uma empregada a tempo inteiro!

Claro que, muito embora este seja o cenário global, há variações e diferenças de estilo, quer no caso dos homens, quer no das mulheres. No masculino encontramos, num dos pólos, os «associativos puros», definindo claramente o seu projecto de realização pessoal individualizado, e, no outro pólo, os que estão mais próximos de uma lógica fusional e integram o seu projecto pessoal no quadro mais geral do que consideram ser também o do interesse da família. No caso das mulheres, as diferenças estabelecem-se entre aquelas que manifestam claramente as dificuldades e impasses da situação em que se encontram e as que encaram a situação com algum pragmatismo, remetendo para o futuro a concretização dos seus projectos pessoais. Muito mais do que com os homens, situações de explicitação clara das ambiguidades e declarações de insegurança na forma de lidar com os diferentes «papéis» e conciliar os investimentos profissionais e familiares aparecem também no caso das mulheres.

Os condicionamentos de género actuam, assim, na prática, embora o discurso associativo seja comum aos dois membros do casal: só eles praticam o «associativismo» que ambos defendem, o que dá origem a tensões só às vezes explicitadas por um ou pelos dois membros do casal. São situações que ilustram a proposta de Kellerhals (1982) quanto às contradições envolvidas na prática do modelo «modernista».

As entrevistas mostraram também que, quando essas tensões são explicitadas, não se lhes atribui a origem no comportamento do cônjuge ou nalguma especificidade da relação. As dificuldades e ambiguidades tendem a ser vividas como produto de constrangimentos externos, alheios à vontade dos indivíduos. Nos casos em que se atribuem ao outro os problemas principais vividos nesta fase da instalação nota-se também alguma cristalização de uma situação de conflito.

O tempo da *instalação*, tempo de todas as promessas e de todos os começos, é assim vivido de forma diferenciada. Para uns representa estatuto, estabilidade e respeitabilidade, enquanto para outros, e sobretudo para outras, pode significar igualmente dificuldades, ambiguidades, sem deixar de representar uma época desafiante e prometedora.

O TEMPO DA MUDANÇA E DAS TRANSIÇÕES: MOBILIDADE SOCIAL E RETOMA DE PROJECTOS

A análise das entrevistas correspondentes ao *tempo das mudanças e transições* confronta-nos, nos planos teórico e empírico, com aspectos centrais das dinâmicas da conjugalidade, mais dificilmente captáveis quando se usam tipologias a partir de cortes sincrónicos. Também a perspectiva individual de cada um dos cônjuges se clarifica ao abandonarem-se abordagens que apelam para a identificação de uma «voz» colectiva do casal. As conclusões que a seguir se sintetizam são ilustrativas.

Comparativamente com o tempo da instalação, verifica-se logo no tempo das mudanças e transições uma diferença quanto às formas de conjugalidade. Aparece de forma muito nítida a forma de conjugalidade *institucional*, que não apareceu no grupo dos que tinham casado há menos de dez anos. Situação que pode ser explicada como exemplo da menor prevalência nas gerações mais novas dessa maneira institucional de encarar o casamento.

Na verdade, surge, sobretudo no discurso dos operários e de alguns entrevistados de origem operária, a visão institucional neste grupo de duração do casamento. Além de acentuarem as dimensões de responsabilidade envolvidas na conjugalidade, esses entrevistados tendem a sublinhar a perda total de liberdade que representou o casamento, mostrando também muito menos envolvimento na dimensão conjugal e mesmo na parental. Ao contrário dos mais novos, parecem ter uma perspectiva e uma prática menos fusional. As dimensões de entajuda e de envolvimento romântico com as mulheres ficam mais distantes. Tratar-se-á aqui de um efeito geracional, tendendo os mais novos a defender duradouramente perspectivas «modernas», ou estaremos perante um mero efeito de ciclo de vida conjugal? É difícil sabê-lo com toda a certeza, mas, a julgar pelas posições de uns e de outros, por exemplo, no que se refere a valores sobre outras dimensões da conjugalidade ou aos direitos das mulheres, é mais provável e verosímil o primeiro tipo de explicação. Só um estudo longitudinal permitiria conclusões mais seguras.

As posições das mulheres destes entrevistados operários contribuem também para reforçar o peso do factor explicativo intergeracional. Embora num caso se tenha verificado a defesa, por parte da mulher, de uma lógica institucional, em geral elas tendiam para a forma de conjugalidade *fusional*, chegando mesmo a lamentar a impossibilidade de a relação conjugal funcio-

nar nesses termos. Uma entrevistada desejava, sem o conseguir, um funcionamento, pela parte do marido, mais romântico, mais partilhado.

Aparece agora um factor novo em relação ao tempo da instalação que tem a ver com a divergência quanto às formas de conjugalidade entre os dois cônjuges, aqui plenamente assumidas, pelo menos, por um deles. Sublinhando outra vez o peso dos condicionamentos de género, são as mulheres a submeterem-se aos modos de funcionar do marido. Noutros sectores sociais aumentam as margens de negociação do sexo feminino e talvez por isso mesmo, apercebendo-se de que há outros modelos e modos de viver a relação conjugal nos tempos que correm, as mulheres destes operários aspiram a eles.

As modalidades de centramento revelam, por seu turno, diferenças entre homens e mulheres que reflectem as que foram focadas anteriormente. Os homens que apostaram, e foram socializados para apostar, a sua identidade pessoal e social na profissão acabam por ver essa aposta desconfigurada pelas ameaças constantes e pelas situações de precariedade a que as situações profissionais daquele tipo têm sido, nos últimos anos, submetidas. As mulheres, em contrapartida, num efeito idêntico ao que já identificámos para as operárias mais novas, descobriram as vantagens que o desempenho de um trabalho pago lhes pode proporcionar. Acresce que a instabilidade profissional dos homens ou as ameaças de desemprego conferem ao trabalho feminino — aumentando assim também o poder relativo das mulheres — um carácter de segurança fundamental para a sobrevivência da família. Por isso se afirmou que neste campo as mulheres pareciam estar em movimento de ganho e eles em perda. Nada, para todos os efeitos, e para «garantir» a supremacia masculina, que não seja «compensado» com a obrigatoriedade moral sentida pelas mulheres de assegurarem o essencial das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, ainda que trabalhem no exterior tantas horas como os cônjuges.

Os sectores intermédios, no tempo das mudanças e transições, constituem uma espécie de entreposto, de ponto de chegada para alguns e ponto de partida para outros, em termos de mobilidade social. Discutiu-se, aliás, o papel decisivo que podiam desempenhar as lógicas geradas no grupo doméstico, e o que poderíamos também designar por «cultura familiar», como meio de concentrar esforços ou desenvolver estratégias de mobilidade social.

No plano das representações e dos valores, alguns entrevistados tentavam claramente antecipar os valores de sectores sociais que queriam atingir através de um processo que Merton (1968) identificaria como correspondendo ao esforço de fazer coincidir o «grupo de pertença» com o «grupo de referência». Esta era, por exemplo, a situação dos que, tendo profissões técnicas intermédias, procuravam completar cursos superiores para passarem às profissões intelectuais e científicas. No plano das representações e mesmo das práticas, encontrávamos aqui entrevistados que, situados ainda na forma de

conjugalidade fusional, pareciam, por outro lado, aproximar-se muito da associativa.

Do mesmo modo, os indivíduos de origem operária que estão actualmente nos sectores intermédios mostravam ambiguidades no plano valorativo produzidas, eventualmente, por efeitos de arrastamento da pertença anterior. Por exemplo, surgiam toques de visão «institucional» sobre o casamento e a família, no caso dos homens, embora, noutros planos, como o do investimento parental e o do sentido de entreajuda em relação às mulheres, denotassem já sinais que os fariam incluir na forma de conjugalidade fusional.

Em ambos os casos, no plano das estratégias de mobilidade social, o papel das mulheres foi fundamental. No caso dos entrevistados em trânsito para as profissões intelectuais e científicas, foram as mulheres, em duas situações com trabalho a tempo inteiro e com dois filhos, que assumiram a iniciativa de completarem uma formação no ensino superior. Quanto aos que passaram da condição operária aos sectores intermédios, embora também se verificasse no caso masculino a progressão no contexto da empresa e o acesso a lugares técnicos, este esforço coincidia com o das mulheres que, terminada a formação secundária, se envolviam em cursos de formação e passaram às profissões técnicas intermédias.

Este protagonismo feminino mostra que, apesar dos constrangimentos de género, as mulheres, quando vêem reunidas certas condições, como, por exemplo, os filhos serem menos dependentes ou conseguirem apoios da família ou do marido, podem procurar pôr em prática alguns dos projectos pessoais adiados antes por imposição das responsabilidades familiares. Os condicionamentos de género continuam a funcionar e impõem-se à vontade dos indivíduos, mas estes não deixam de explorar a ampliação possível das margens de manobra.

Estas transformações e mudanças constituíram um dos factores que contribuíram para a designação que atribuímos ao grupo de entrevistados com estes anos de duração do casamento. Com efeito, quer no plano da mobilidade social, particularmente visível nos sectores intermédios, quer devido ao facto de os entrevistados fazerem frequentes referências a transformações, este tempo de casamento é o mais revelador da dinâmica própria da vida conjugal. Na verdade, é quando já não se está completamente absorvido por filhos pequenos ainda muito dependentes, como acontece no tempo da instalação, quando ainda não se tem uma idade que limita os reinvestimentos profissionais, como acontece no tempo da conformação e da realização pessoal, quando o essencial está jogado no plano profissional, que parece haver mais espaço de manobra para a mudança e para outras apostas. Muitas vezes essa dinâmica é protagonizada mais por um dos membros do casal do que

pelo outro, o que se torna evidente ao captar a perspectiva individual de cada cônjuge.

Quanto aos tipos de *centramento*, nos sectores intermédios verifica-se a diversidade de investimentos — na relação conjugal, na parental, na profissão. Continua, no entanto, a ser central a vertente familiar e parental no plano identitário, quer para os homens, quer para as mulheres. A tendência acentua-se, aliás, no meio operário, sendo a aposta na relação conjugal mais intensa nos outros sectores.

Os investimentos na profissão são variados tanto para os homens como para as mulheres, mas a aposta identitária masculina é também menor, verificando-se por vezes pouco investimento ou mesmo desinteresse profissional. No caso das mulheres confirma-se o perfil de valorização do trabalho no exterior, já notado noutros sectores. Entrevistadas há que se queixam de não lhes serem atribuídas determinadas responsabilidades que se sentem perfeitamente capazes de assumir. O contrário, portanto, da imagem de uma mulher dependente e retraída no plano profissional.

Junto dos profissionais intelectuais e científicos, quando um dos membros do grupo doméstico tem formação universitária e a forma de conjugalidade é *associativa*, surgiram características diferentes das que têm sido analisadas nos outros sectores sociais neste grupo de duração do casamento.

Por um lado, quanto aos homens, estamos perante o caso típico das situações de grande investimento profissional na carreira, que se configura como aposta identitária, assumindo a profissão lugar central no plano da realização pessoal. Foi, aliás, a partir destes casos, e dos «associativos» casados há mais de vinte anos, que se propôs uma distinção entre homens e mulheres, quando ambos têm carreira profissional, a propósito da forma de investir nas diferentes dimensões da vida conjugal. Enquanto eles tendem a encarar a vida familiar e a conjugal como uma espécie de bastidores ou de pano de fundo seguro, fiável e garantido, a partir do qual se projectam pessoalmente, elas tendem a investir em paralelo nas diferentes dimensões da vida: no trabalho profissional, na família, na relação conjugal.

Foi ainda possível identificar outra diferença entre homens e mulheres, claramente denunciando, mais uma vez, os condicionamentos de género e ilustrando também os efeitos da dinâmica familiar e conjugal. Na verdade, enquanto os homens com carreira profissional no *tempo das mudanças e das transições* estão em fase de pleno empenhamento, as mulheres parecem estar em posições ainda um pouco recuadas. Porque assumem maiores responsabilidades familiares e dificilmente os cônjuges, demasiado envolvidos na própria carreira, partilham essas responsabilidades, as mulheres acabam por ser forçadas a retrair-se em relação a projectos mais personalizados.

Se as mulheres já não estão em *stand by* nesta fase, como as suas congéneres do *tempo da instalação*, ainda se diferenciam da disponibilidade

dos maridos. As situações analisadas são, em todo o caso, insuficientes para tirar conclusões definitivas, embora seja no grupo de duração do casamento seguinte que o empenhamento profissional feminino surge muito mais pleno e assumido. Os cônjuges, em contrapartida, parecem já ter passado o apogeu do seu investimento profissional. Os ritmos de investimento profissional diferenciam-se entre homens e mulheres na forma de conjugalidade associativa: as diferenças vão-se desenhando desde o tempo da instalação até ao tempo das mudanças e das transições, tornando-se depois mais claras no tempo da conformação e da realização pessoal.

TEMPO DA CONFORMAÇÃO OU DA REALIZAÇÃO PESSOAL

Com o grupo de duração dos vinte e mais anos chegamos ao tempo da estabilização — satisfatória, insatisfatória, flutuante — da relação conjugal. Alguns projectos foram cumpridos, outros nem tanto. Certo é que a passagem do tempo, as condições objectivas anteriores e as que foram nascendo da própria relação criaram algumas irreversibilidades. Noutros planos da vida, como no profissional, também foram já traçados caminhos essenciais. A relação entre família e trabalho pode, no entanto, transformar este período, para as mulheres de certos sectores sociais, numa fase de novos investimentos ou de afirmação tranquila dos existentes.

A comparação entre o que dizem os entrevistados deste tempo da conformação ou da realização pessoal e o que dizem os mais novos remete-nos directamente para a problemática da mudança social e da mudança intergeracional. Nas histórias com mais densidade temporal reencontramos as profundas e rápidas transformações da sociedade portuguesa dos últimos quarenta anos, a adesão esperçada de uns, as perplexidades de outros. Apesar de serem notórias certas linhas de permanência entre gerações, parecem mais evidentes as linhas de fractura, sobretudo quando, a par das opiniões, se registam processos de mobilidade social de uma geração para a outra.

Exemplo talvez bem evidente da mudança e das perplexidades que ela pode suscitar pode ser encontrado nos sectores operários. Vimos aí a defesa, e a prática, do modelo mais clássico de divisão do trabalho entre homens e mulheres, com estas em casa e eles a serem os provedores da família, modelo que se traduziu, na linguagem da pesquisa, na predominância da forma de conjugalidade *institucional*. Concluiu-se também, que se havia convergência de ideias e de projectos entre os dois cônjuges de alguns casais, no caso de outros havia a imposição por parte do marido de um modelo de funcionamento autoritário a que a mulher tinha de se submeter. Reencontrámos a forma de conjugalidade institucional para o marido contra as aspirações mais fusionais da mulher já detectadas no tempo das mudanças. Aqui, contudo,

a imposição autoritária parece ser mais decisiva, já que no caso de um entrevistado mais velho ele chega ao ponto de não deixar a mulher trabalhar fora de casa nem frequentar cursos de formação. Pode ver-se aí um sinal, como se disse a propósito do conceito de conjugalidade, de um efeito do contexto envolvente nos mais novos: eles não ousam assumir posições tão autoritárias como as dos homens mais velhos. De forma congruente com esta transformação, a valorização do contributo feminino para a família através do desempenho do trabalho pago é mais evidente nas gerações mais novas do que nas mais velhas. Junto das últimas, aliás, o modelo da domesticidade das mulheres surgia associado à desvalorização das suas competências noutros planos, que não o «expressivo».

Quanto aos tipos de *centramento*, verificou-se que, no caso dos homens, a identidade pessoal e social se constrói, no fundamental e apesar de eventuais dificuldades, à volta do desempenho profissional, tendo também importância a vertente parental. Mas tudo o que diz respeito às relações familiares é mediado pelas mulheres. Para os homens, os filhos, tal como acontece com os operários mais novos, estão associados à demonstração da virilidade e masculinidade e ao sentido de «obra». Mas, no plano dos valores, os mais velhos tendem a assumir na relação pais-filhos posições autoritárias, enquanto os mais novos parecem inclinar-se para uma perspectiva mais democrática e valorizadora dos afectos e da dimensão emocional. A relação conjugal é também relativamente indistinta da relação familiar tanto no caso dos homens como no das mulheres. Isso parece para elas, no entanto, constituir resultante não desejada — a afirmação de que os filhos estão acima de tudo surge, por vezes, associada à lamentação pelo facto de o marido não ser o verdadeiro companheiro que se desejava.

Nos sectores intermédios os tipos de *centramento* são mais diversificados e menos intensos. Não surge, por exemplo, no caso dos homens, um forte empenhamento e domínio identitário central das dimensões profissionais, como acontece com os operários mais velhos ou com os que têm uma verdadeira carreira. Por outro lado, e no caso das mulheres, a família não aparece a ocupar o espaço todo e o trabalho tende a ser muito mais do que uma fonte de rendimento.

As apostas são diferenciadas e podem repartir-se entre os que acham o trabalho estimulante e os que o consideram sem qualquer interesse, tanto no caso dos homens como nos das mulheres. Aqui o factor tipo de trabalho ou as idiosincrasias pessoais contam mais do que o género. Assim, tanto podemos ter um funcionário das finanças desinteressadíssimo do seu trabalho mas conformado como um técnico de contas que afirma entregar-se com gosto a 100% à sua profissão. Podemos ainda encontrar um comissário de bordo de uma companhia de aviação que afirma que o seu trabalho é leve mas interessante ou uma funcionária bancária que se sente medianamente interessada na actividade profissional.

No plano dos investimentos conjugais é também variado o panorama e os homens tanto revelam perspectivas completamente fusionais como institucionais. O investimento familiar, na lógica das responsabilidades, aparece plenamente assumido pelas mulheres como principal dever seu, tendendo os homens para um papel de ponto de apoio, mais do que para o de verdadeiros líderes familiares. Não estamos, por isso, nem perante o «pai de família» autoritário dos meios operários da mesma idade, nem perante a figura de referência, distante mas central, porque tem sempre a última palavra a dizer, dos meios em que o homem tem uma carreira.

Nos sectores intermédios, neste grupo de duração do casamento, a figura parental é relativamente lateralizada no plano das responsabilidades familiares, mas presente como auxiliar da mulher. Talvez se explique o papel secundarizado destes homens no campo familiar pelo efeito de arrastamento de uma lógica ainda tradicionalista, que responsabilizava principalmente as mulheres pela família, mas a actuar num contexto em que estas, apesar de tudo, têm uma actividade profissional. Para além da responsabilidade da família, elas assumem também o respectivo sustento numa base de quase paridade com os maridos — as entrevistadas deste grupo trabalhavam todas na administração pública, em bancos ou em empresas como administrativas ou quadros médios. Confrontamo-nos aqui com a questão da guerra colonial e com o facto de as mulheres terem aproveitado as oportunidades de emprego surgidas precisamente nestes sectores profissionais nos anos 60 e 70.

Outro sinal desta especificidade feminina e da maior paridade relativa entre homens e mulheres neste sector é o facto de, em termos das modalidades de funcionamento da relação conjugal, as mulheres deterem alguma capacidade de negociação em relação aos cônjuges e às decisões sobre a vida familiar. Assim, por exemplo, no caso de clara divergência de perspectivas sobre aspectos da relação e da interacção conjugal, em que ele é claramente *institucional* e ela tende para o *fusional*, uma entrevistada acaba por conseguir negociar alguma margem de manobra. Já que não é possível a partilha com o marido de um conjunto de actividades que ela gosta de desenvolver, acaba por desenvolvê-las sozinha ou com a filha. Maiores margens de decisão e de autonomia das mulheres são também visíveis noutras entrevistas, sem esquecer, no entanto, que elas despendem e acumulam muito mais horas efectivas de trabalho, juntando o pago com o não pago.

E estamos longe, neste sector, das imposições de autoridade que vimos atrás nos sectores operários. Curiosamente, no entanto, o autoritarismo de alguns dos cônjuges é lembrado por algumas como problema do passado. Problema que foi sendo ultrapassado pela persistência da entrevistada, não sem momentos de conflitualidade, ao ir conseguindo impor um pouco mais a sua vontade.

Muito provavelmente, o facto de se sentirem competentes noutras esferas, como a profissional, e uma progressiva segurança adquirida pelo longo con-

vívio conjunto, correndo no essencial bem, podem ajudar a este processo de maior auto-estima e afirmação feminina, bem como de maior capacidade de negociação nesta fase do casamento. Não podem, por outro lado, excluir-se os efeitos, já referidos, do contexto exterior, favorecendo progressivamente a ideia da igualdade entre os sexos, efeitos reforçados, já se vê, pela maior permeabilidade à mudança e às influências externas dos sectores intermédios.

Esta interferência do exterior, que interpela e questiona os que estão casados há mais de vinte anos e fazem o balanço entre os valores que predominavam quando se casaram e os que são hoje dominantes, faz-se sentir de forma particular nos sectores das profissões intelectuais e científicas.

Embora nestes sectores haja mais margem de manobra individual e predomine claramente a forma de conjugalidade *associativa*, a verdade é que os valores tradicionalistas do passado, nomeadamente no plano do maior distanciamento dos homens das responsabilidades familiares, marcaram os casamentos realizados nos anos 60. A norma adequada era então a divisão clássica de papéis e não a igualdade, a complementaridade e não a simetria ou a indiferenciação. As socializações de rapazes e raparigas preparavam e confirmavam esse modelo.

Ainda que no plano ideológico os jovens dos anos 60, como testemunham alguns homens entrevistados nestes sectores sociais, estivessem mais disponíveis para cortar com os hábitos tradicionalistas da geração anterior, praticar de facto este corte no domínio da igualdade entre homens e mulheres era, na prática, quase impossível. Vimos essas dificuldades serem superadas, em certos casos através dos apoios familiares e da delegação do trabalho doméstico pago, conseguindo algumas entrevistadas concretizar os seus projectos, sempre em situações que não foram fáceis.

Reconhecemos problemas idênticos através das queixas de algumas entrevistadas, quadros de empresa, que só anos mais tarde puderam concretizar as suas aspirações porque estiveram completamente absorvidas pelas responsabilidades familiares, sem apoios dos maridos, nos primeiros anos da vida de casados. A comparação entre os primeiros anos de vida de casada de uma entrevistada e o que ela acha que são os mesmos primeiros anos de colegas seus de empresa — que ela considera que participam muito mais em casa, sobretudo nos cuidados com os filhos, do que o seu marido alguma vez teria participado — provoca uma espécie de sensação de se ter nascido no tempo errado. A interferência do «exterior», de que se falou ao propor a identificação de uma das dimensões do conceito de conjugalidade, parece ter os seus efeitos. Na verdade, quando se analisa ou se faz o balanço da vida conjugal, entram em linha de conta, explícita ou subtilmente, comparações relativas na forma como se observam os outros e os contextos valorativos mais envolventes que interferem no modo como se pode encarar e avaliar a própria vida pessoal.

EM CONCLUSÃO: TRÊS TEMPOS, TRÊS GERAÇÕES DE CASAIS E GÊNERO

Formulou-se no início a proposta da diversidade das formas de conjugalidade cuja configuração foi analisada. Se, no plano emocional, a centralidade do casamento parece importante em todas as formas de conjugalidade, embora de forma secundarizada na *institucional*, já no que toca às esferas identitárias e à posição de dependência que se pode estabelecer em relação à conjugalidade — casamento como estatuto ou como investimento basicamente afectivo e relacional — há diferenças significativas. Elas traduzem-se também, nos diferentes tipos de centramento, com distintos graus de dispersão e diversificação.

A operacionalização do conceito de conjugalidade proposto permitiu, por outro lado, ter uma perspectiva multifacetada da vida conjugal: captaram-se os investimentos românticos, mas também os constrangimentos decorrentes dos recursos e inserções na vida social dos actores; salientaram-se os aspectos da construção identitária, sem deixar de ter em conta as mudanças, as ideias e o contexto cultural e simbólico mais vasto em que se inscrevem os actores sociais; analisaram-se expectativas, adaptações, constrangimentos, mas igualmente estratégias para contornar as dificuldades decorrentes das situações novas criadas pela dinâmica própria da conjugalidade.

Veja-se agora mais sistematicamente o que a análise das entrevistas permite concluir quando se comparam as gerações de casados — das três durações do casamento e dos três tempos — e as diferentes formas de conjugalidade.

Quanto à forma de conjugalidade *institucional*, verifica-se, como já se referiu, que não surge nos entrevistados casados até aos dez anos, os do *tempo da instalação*, ou seja, junto dos mais jovens, sejam operários, dos sectores intermédios ou das profissões intelectuais e científicas. Só aparece no conjunto dos que estão casados há mais de 10 anos, isto é, no *tempo das mudanças* e no *da conformação ou realização pessoal*. O que pode traduzir a mudança de práticas e representações em relação à conjugalidade sustentada tanto quanto mais jovem se é e menos se defende e pratica a visão tradicional e institucionalizada do casamento. No plano teórico, pode assim dizer-se que, neste caso, os efeitos de contexto cultural e simbólico, ou os de ciclo de vida conjugal, pesam mais do que as diferenças sociais para distinguir os indivíduos.

Deve ainda salientar-se que a forma de conjugalidade institucional surge mais nos sectores operários (com a excepção dos mais jovens) e menos, embora também apareça, em sectores profissionais como os técnicos administrativos intermédios ou os quadros superiores e quando aí surge é, quase sempre, nos casados há mais de vinte anos. Tornou-se por isso difícil estabelecer uma comparação intergeracional, a não ser para os sectores operários. É o que se procura fazer de seguida.

Notam-se muito bem as mudanças intergeracionais quando se comparam, por exemplo, os operários mais novos com os mais velhos. É elucidativo o discurso de um operário com mais de 60 anos com uma perspectiva perfeitamente tradicionalista quanto à divisão de papéis entre homens e mulheres no casamento e que se revela também de algum modo perplexo com as evoluções presentes no que se refere à situação das mulheres ou às relações pais-filhos. Demonstrando as suas perspectivas tradicionalistas, ele afirma, entre outras coisas, a sua incompreensão pelo facto de a filha só fazer o «trabalho de estudar» e não fazer nada em casa nem saber «esfolar um coelho ou matar uma galinha». E também considera que, quando era criança, obedecia muito mais aos pais do que os filhos lhe obedecem, achando ainda que hoje «há muita falta de respeito». Estas afirmações revelam as diferentes referências simbólicas que distanciam os pais dos filhos especialmente quando há mudança e movimentos de mobilidade social ascendente. Percebe-se que uma jovem que se prepara para ser professora, nos dias que correm, não veja a utilidade de saber esfolar um coelho ou matar uma galinha. Mas também se compreende que para um operário com origem rural este desconhecimento da filha signifique uma falta de «atributos» do que ele, na sua perspectiva, considera serem os da mulher «adequada».

Outro aspecto a focar quanto aos tempos de duração do casamento refere-se ao momento do ciclo de vida a que chegaram estes casais «institucionais» do tempo da realização ou conformação pessoal. Verificou-se que, enquanto os homens, neste caso operários qualificados, pareciam estar bem e tinham orgulho pelo seu percurso, estando ou à beira da reforma ou reformados, as mulheres já estavam em situações mais ambivalentes. Os filhos ou já saíram de casa ou estão para sair e a projecção forte que sempre tiveram na família precisa agora de encontrar outros domínios de investimento. Quando esses lhes estão vedados, como acontece com a mulher do operário que a impede de frequentar cursos de formação profissional e de trabalhar fora de casa, os sentimentos em relação à situação podem ser negativos.

Ainda neste grupo dos que estão casados há mais de vinte anos vale a pena referir as posições dos que se incluem na forma de conjugalidade *institucional* embora não sejam operários. Veja-se o caso de um entrevistado, engenheiro, dirigente, com 64 anos, casado há mais de trinta anos com uma mulher católica praticante e com quatro filhos, que, mesmo defendendo a perspectiva institucional, em todos os outros parâmetros achava que fazia sentido a mulher trabalhar como professora porque ela «gostava» do que fazia. E outro caso de um quadro intermédio das finanças que ilustrava a sua posição institucional, entre outras declarações e práticas, com a afirmação do facto de ter casado porque achava que a mulher «já tinha as condições para ser uma dona de casa», demonstrando assim a sua visão pouco romântica do casamento, visão essa, aliás, que a mulher não partilhava. Ou o de um empresário que assumia

claramente a defesa e a prática da assimetria entre homens e mulheres na família, subalternizando a mulher e sustentando que o casamento e a família eram responsabilidades contraídas que se impunham aos indivíduos.

Quanto ao *tempo das transições*, os institucionais que são também operários revelam-se um pouco menos tradicionalistas do que os mais velhos. Já não se encontra tão claramente a defesa dos modelos de assimetria entre homens e mulheres nem tão-pouco a situação do homem provedor da família e da mulher que fica em casa a tomar conta dos filhos. Mas persistem os traços que os caracterizam como «institucionais»: assumem o casamento com uma responsabilidade que contraíram e que se deve manter para preservar a instituição; independentemente da maior ou menor satisfação dos indivíduos, são desvalorizados os investimentos afectivos e relacionais; o relacionamento parental revela-se mais significativo, no caso das mulheres, mas também no dos homens, do que a dimensão conjugal.

Quanto ao momento do ciclo de vida, ou ao *tempo* em que se encontram, no caso dos homens e ao contrário dos operários mais velhos, não se trata de modo algum de um momento positivo. É já uma geração com mais de 40 anos, marcada pela ameaça ou mesmo pelo fechamento de fábricas e empresas, pelo espectro do desemprego e pela instabilidade e precariedade do trabalho. Um dos operários entrevistados, pai de cinco filhos, com 43 anos no momento da entrevista, tinha como perspectiva o fecho da empresa onde há quase vinte anos trabalhava e outro mais novo, com dois filhos, tinha uma situação peculiar. Estava «ligado» sem contrato permanente há quinze anos a uma empresa que continuamente o despedia ao fim do contrato a prazo para depois voltar a contratá-lo. Nesta dimensão tão importante da vida destes entrevistados, dimensão, obviamente, da qual depende a subsistência e o bem-estar da família, este é um momento difícil, não tanto pela lógica interna à vida conjugal ou familiar, mas pela instabilidade introduzida pelas situações de inserção profissional.

As mulheres deste *tempo das transições* trabalham, tal como os homens, em empresas, muitas vezes também em equilíbrios instáveis e com grandes cargas de trabalho e responsabilização, já que são elas também que assumem a execução de todas as tarefas domésticas e são responsáveis pelos cuidados com os filhos.

Os operários mais novos, em contrapartida, os do *tempo da instalação*, distinguem-se dos que estão casados há mais de dez anos e por isso não foram considerados na forma de conjugalidade institucional. Exemplos dessas distinções são patentes num discurso que se distancia mais explicitamente da divisão de papéis tradicionais entre homem e mulher, surgindo uma visão mais *fusional*, companheirista e romântica da relação entre os cônjuges, uma vontade de se envolver mais directamente na educação dos filhos, querendo decidir sobre tudo o que lhes diz respeito, desenvolvendo práticas que reve-

lam esse maior envolvimento directo, como assistir ao parto dos filhos. As responsabilidades familiares são aqui assumidas como decorrendo do «gosto» pela situação de estar casado e de ter filhos, isto é, de dentro para fora, e não porque há uma responsabilidade contraída a que se tem de conformar a vontade dos indivíduos. Mas será que estas perspectivas se manterão no futuro, noutros tempos de duração do casamento, como o das transições ou o da conformação, ou será que se tornarão institucionais? Qual será o efeito mais forte, o do contexto cultural e simbólico da época ou o das lógicas próprios dos diferentes tempos do casamento? É difícil saber ao certo.

Quanto à maneira como vivem este *tempo da instalação*, pode dizer-se que, se no plano profissional as apostas não são muito conseguidas, queixando-se estes profissionais (operadores de máquinas, trabalhadores em grandes oficinas) de terem empregos com trabalhos pesados, pouco qualificados e pouco compensadores em termos remuneratórios, já em relação à família parecem encontrar-se num momento positivo de cumprimento da sua identidade enquanto adultos responsáveis, situação que o facto de serem pais recentes parece conferir-lhes. Situação idêntica parece passar-se com as mulheres dos operários mais jovens, no *tempo da instalação*. A forma de conjugalidade praticada e defendida é também a *fusional*, como já se referiu, sendo este um «tempo» bom de afirmação individual através da maternidade, surgindo igualmente o trabalho profissional como algo de positivo que lhes confere auto-estima.

Olhando agora para os *fusionais*, dos três tempos de duração do casamento, e excluindo os operários mais novos a que já se fez referência, comparem-se estes grupos entre si. Os *fusionais* do *tempo da instalação* distinguem-se dos do *tempo das transições* porque os primeiros parecem estar mais mergulhados na vida familiar numa altura em que os filhos são pequenos e mobilizam toda a atenção, só começando no *tempo* posterior a definir mais claramente projectos mais individualizados. Tratando-se, no plano da inserção sócio-profissional, de indivíduos que ocupam posições intermédias, como empregados administrativos de empresas, bancos ou função pública ou profissões congéneres, o grau de mobilização pela profissão é bastante variável, nem sequer podendo dizer-se que se encontrem diferenças regulares entre os sexos.

No plano comparativo, o que parece decisivo é que o *tempo das transições* é aquele em que se verificam tendencialmente mais mudanças, onde se consolidam projectos profissionais ou se aposta em mais formação ou na mudança de emprego. Não se deve esquecer, no entanto, que dentro deste grande grupo as posições aparecem matizadas, havendo os que se aproximam mais dos operários e da forma de conjugalidade institucional, enquanto outros antecipam já no plano das práticas e das representações a sua passagem para os «associativos».

O discurso do companheirismo entre os cônjuges, mas também o centramento na família, são muito disseminados neste grupo. O trabalho funciona, quer para homens, quer para mulheres, como um investimento que, não sendo valorizado pelas suas qualidades intrínsecas, pode vir no futuro a assumir contornos mais interessantes. Mesmo os que não têm um projecto definido de mudança revelam, quando não estão particularmente satisfeitos com o trabalho que têm, que há perspectivas em aberto e que as coisas podem vir a melhorar. No plano da relação entre trabalho e família procura-se uma articulação harmoniosa destas duas dimensões da vida, preocupação particularmente assumida pelas mulheres. E, se é verdade que o tempo em que as crianças eram pequenas e exigiam grande absorção já passou, também se mostra que com os filhos a entrar ou na adolescência este é um tempo de exigências e de problemas específicos no seu acompanhamento. As queixas femininas em relação à não partilha das tarefas domésticas não surgem de forma tão sonora como surgem nos fusionais mais velhos ou nos associativos. Talvez por um efeito cruzado: estas mulheres não formulam ainda a questão da partilha no plano reivindicativo, como acontece com algumas associativas, e, por outro lado, os homens já assumem mais alguma divisão do trabalho, embora sempre de forma muito limitada em relação ao volume de tarefas que as mulheres desenvolvem.

Os *fusionais do tempo da conformação* ou da *realização pessoal*, casados há mais de vinte anos, desempenham o mesmo tipo de actividades profissionais que os mais novos e parecem assumir em relação à família o mesmo tipo de atitudes, embora tenham um discurso menos igualitário, no plano das relações entre homens e mulheres. Assim, o facto de serem mais velhos e o ponto da trajectória de vida em que se encontram podem contribuir para se referirem de forma diferente quer em relação à vida profissional, quer em relação à dimensão familiar.

Quanto ao investimento no plano da família, trata-se de um relacionamento com filhos já mais autónomos, que não exigem tanto envolvimento e que também se aproximam da saída de casa dos pais. Para as mulheres trata-se de um momento tanto mais difícil quanto não tenham uma actividade profissional estimulante nem hipóteses de investimentos alternativos, já que, ao contrário do *tempo das mudanças e transições*, as hipóteses e o tempo para a mudança estão agora mais limitados pela idade. Assim, se os investimentos profissionais continuarem a permanecer compensadores ou existirem outras áreas de investimento, a passagem para o período do chamado «ninho vazio» pode efectivar-se com menos dificuldade. Se, pelo contrário, o interesse pelo trabalho é já esbatido ou se foi esbatendo, estas transições podem fazer-se com mais problemas.

Para os homens, a esfera de investimentos alternativos à família torna-se ainda mais importante, já que nesta geração de pessoas casadas há mais

de vinte anos o investimento na família se faz de certa forma mediado pelas mulheres. Assim, o facto de se poder atribuir sentido à profissão numa altura em que já se antevê no horizonte a situação de reforma, ou o facto de existirem investimentos alternativos, como áreas de lazer que podem valorizar-se, pode representar uma defesa importante perante as mudanças familiares. Também no plano da relação conjugal podem configurar-se alguns problemas. Está-se perante a forma de conjugalidade *fusional*, característica, portanto, de grandes apostas na família enquanto colectivo e menos em projectos individuais, ou numa lógica de carreira, como no projecto associativo. Ora, não é pouco frequente que durante o muito tempo ocupado com a educação dos filhos o casal possa esbater o seu centramento na relação, o que implica alguns reajustes na fase em que os filhos se aproximam da saída de casa. Estes problemas não se colocam da mesma forma nos outros tempos da conjugalidade.

Considerando agora as três gerações de *associativos*, e voltando às perguntas do início da pesquisa, que tendências de continuidade, que linhas de fractura? Quanto às mulheres, se as mais novas estavam em *stand by* no campo dos projectos individuais relacionados com a profissão, as do *tempo das mudanças* começavam a retomar esses projectos e as mais velhas, não sem testemunharem algumas dificuldades, pareciam, finalmente, conseguir concretizá-los.

Mas é enganador pensar, numa lógica evolutiva, que o sentido da transformação vai ser o mesmo para as jovens quando estas chegarem à idade das mais velhas. Na verdade, como vimos, cada geração corresponde também a uma conjuntura específica, quer no plano das condições objectivas de vida, quer no das ideias e valores. No plano teórico, o que isto significa é que a variável *ciclo de vida conjugal*, ou *tempo, trajetória e dinâmica*, como se considerou na pesquisa, ganha significado apenas quando associada a outras, como o contexto ou conjuntura. Se, no plano dos valores e das ideias, a situação para as mais novas parece ter melhorado, já no plano das condições objectivas é mais duvidoso que assim seja.

Um dos desejos insistentes das mais novas, e porque os homens continuam a não assumir a sua parte do trabalho doméstico, é o de terem dinheiro para delegarem algumas das tarefas domésticas e obterem apoio nos cuidados com os filhos. Isso pode traduzir a vontade de reproduzir um modelo — em casa dos ascendentes, ou com o *grupo de referência*, era assim que as coisas funcionavam, já que as empregadas faziam o essencial — que, hoje em dia, será mais difícil pôr em prática devido ao preço elevado deste tipo de trabalho. Embora com maior margem de manobra no campo da imagem de mulher e no da afirmação dos seus desejos enquanto indivíduo, certas condições objectivas dificultam, ainda assim, a concretização desses projectos.

Outro factor negativo para a elaboração e a concretização de projectos profissionais é a maior instabilidade profissional que atinge particularmente

as mulheres: várias entrevistadas em profissões como professoras ou arquitectas ainda não tinham situações completamente estáveis. Sabe-se que esta era uma situação, nas mesmas profissões, altamente improvável nos anos 60.

Se olharmos para as diferentes gerações, tendo agora em conta os homens *associativos*, nota-se uma linha de continuidade nítida dos mais velhos para os mais novos, persistindo algum afastamento em relação às responsabilidades familiares e domésticas no plano da gestão e da execução. Apenas algum desvio positivo se observa no tempo ocupado com os cuidados com os filhos e na maior abertura global aos interesses da família por parte dos mais jovens.

O afastamento relativo dos homens em relação às responsabilidades familiares, além de parecer inscrito num sistema de disposições masculinas que *naturaliza* certas opções, traduzidas, por exemplo, na facilidade com que se definem projectos personalizados, também é produzido e alimentado por constrangimentos externos. Os tais que se impõem à vontade dos indivíduos e que se geram na esfera profissional através de um sistema de expectativas. Não só os homens que têm carreira, ou a estão a construí-la, muitas vezes acham *natural* em certas fases amortecer o seu investimento na família, como são muitas vezes as empresas em que trabalham que esperam deles um comportamento adequado ao estereótipo em termos de género. Ou seja, mesmo que eles desejem, por exemplo, partilhar com as mulheres a licença parental serão impedidos, para não desiludirem expectativas na empresa, a não o fazerem.

Assim, apesar dos progressos verificados nas gerações mais novas, que no plano dos valores e das representações são inegáveis sobretudo no que toca ao envolvimento paternal nos cuidados com os filhos, a verdade é que outras forças e constrangimentos acabam por ditar as suas regras. Enquanto para a lógica de quem emprega homens e mulheres não forem pessoas com família, enquanto de forma mais genérica não se levarem à prática as medidas implicadas na ideia de uma *mulher-indivíduo* contra a ideia de uma *mulher-natureza*, a verdadeira igualdade de oportunidades entre os sexos no casamento ou fora dele, ideia que tem, apesar de tudo, progredido de forma que parece irreversível, será de concretização lenta e difícil.

Vale a pena ainda concluir de forma mais sistemática sobre os efeitos do género no casamento. Dependendo as posições dos sexos igualmente das formas de conjugalidade, a verdade é que a maior proximidade no plano dos valores e das representações, que se observa com nitidez nas formas de conjugalidade *fusional* e *associativa*, não corresponde por vezes a maior simetria efectiva de posições e de percursos entre homens e mulheres. Paradoxalmente, nos sectores em que por efeitos de trajectória essa igualdade parece, antes do casamento, quase total — nos sectores com formação universitária — é onde se verificam depois diferenças mais acentuadas. Só em certas condições tais diferenças podem vir a ser recuperadas noutras fases do

casamento, como acontecia com algumas mulheres que retomavam no *tempo das mudanças* os seus projectos personalizados.

Para todos os efeitos verificou-se uma regularidade clara. São sempre as mulheres, em todas as durações do casamento e em todas as formas de conjugalidade, quando é caso disso, a sacrificarem os seus objectivos pessoais às responsabilidades familiares. Outra regularidade nítida, que corrobora resultados de muitos outros estudos, é que há uma relação directa entre actividade feminina no exterior e maior capacidade de decisão e negociação no casal.

Vale a pena ainda referir, a propósito do género, que as posições dos homens perante a profissão não correspondem de forma rígida aos estereótipos genericamente reconhecidos. Os homens inteiramente dedicados à carreira, que transformam a família no bastião seguro a partir do qual se afirmam pessoalmente na profissão, constituem apenas um dos subtipos encontrados e, provavelmente, dados os baixos níveis de formação da população portuguesa, pouco representativo no conjunto. Mais frequente é uma posição de adesão menos intensa à profissão, que pode ir do conformismo ao interesse relativo. Outro subconjunto coerente, o dos operários extremamente identificados com a profissão, estará também a perder representatividade.

Predominam, assim, as posições matizadas. Mas, se a profissão é pouco investida, também não é necessariamente na família que os homens tendem a empenhar-se mais. Os espaços próprios de lazer, o convívio com os amigos, podem assumir algum peso. Já com as mulheres, em contrapartida, os investimentos na família são sempre fortes e os profissionais podem ser, por razões directas e indirectas, igualmente importantes.

Para responder a mais uma das interrogações iniciais da pesquisa, no plano identitário tanto a família como o trabalho são susceptíveis de representarem apostas fundamentais para as mulheres: com uma obtém-se reconhecimento como mulher, ou com o modelo «adequado» de mulher, com o outro afirma-se mais a individualidade, a pessoa e os seus direitos.

Para os homens, a aposta identitária no trabalho continua a ser decisiva e significa, nalguns casos, a demonstração fundamental da capacidade de sustentar a família, enquanto noutros representa uma aposta em que se joga mais a realização pessoal, a individualidade e as qualidades intrínsecas da profissão. A família traduz-se também em ganho, quer no plano da identidade pessoal, quer social. Para uns, porque representa para o exterior sinal de competência, de capacidade de assumir responsabilidades, da masculinidade «adequada». Para outros significa mais os bastidores instrumentais e afectivos que, simultaneamente, dão sentido e asseguram a projecção exterior das competências individuais.

Nos homens mais jovens, finalmente, verificam-se sinais de mudança. Nas diferentes formas de conjugalidade identificadas eles estão mais disponíveis para a partilha dos cuidados com os filhos e para o empenhamento directo, isto é, não mediado pelas mulheres, na relação parental. Testemu-

nha-se, assim, uma aposta masculina na paternidade de tipo diferente, aproximando-se mais da aposta identitária feminina na maternidade. Tendências do mesmo tipo são também visíveis nos movimentos de homens divorciados, que querem assumir directa e responsabilmente o papel de pais.

Outro sinal de mudança é a maior proximidade e sentido de entreajuda entre homens e mulheres quando ambos desempenham actividade profissional, o que é o caso da esmagadora maioria. Proximidade que se faz sentir, nuns casos, no sentido do respeito pelas mulheres e da compreensão da necessidade da partilha das responsabilidades familiares e, noutros casos, se traduz em culpabilização pela menor participação nas tarefas domésticas. Maior sensibilidade, portanto, para diminuir a distância entre os territórios familiares e os profissionais, para reduzir a compartimentação e a diferenciação dos lugares. Mas estes sentidos subjectivos no masculino também podem ser, por vezes, travados pelos constrangimentos exteriores a que se fez referência.

Duas notas finais. Concluiu-se que a vida conjugal não pode ser analisada sem entender as interacções que aí ocorrem, mas também que não pode ser tomada como unidade imune às interferências externas. A própria organização da vida conjugal está condicionada pela divisão social e sexual do trabalho no plano da sociedade. A conjugalidade gera, contudo, lógicas próprias, onde, sem obviamente desaparecerem os constrangimentos, os actores sociais exercitam modos de os contornarem ou de, pelo menos, explorarem as margens de manobra de que dispõem.

Do mesmo modo, se se reencontraram os obstáculos poderosos responsáveis pela manutenção das desigualdades sociais e de género, também se notou claramente a força das ideias, que, conjugadas com os interesses, neste caso os da emancipação feminina, não deixam de exercer efeitos de mudança de hábitos, de desejos, de expectativas e de práticas. Pela análise da vida conjugal, das formas de conjugalidade, das trajectórias e das dinâmicas conjugais viajámos também pelas mudanças sociais dos últimos quarenta anos em Portugal, mostrando ainda mais uma vez como nas histórias na primeira pessoa estão inscritas as estruturas, as conjunturas e as lógicas mais globais que as envolvem.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ana Nunes (1993), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- ALMEIDA, J. Ferreira de, TORRES, Anália C., MACHADO, F. L., e CAPUCHA, L. (1995), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- BARRÈRE-MAURISSON, Marie Agnès (1984), «Le cycle de vie familiale. Méthodologie et champ d'utilisation», in AAVV, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, pp. 29-43.

- BECK, Ulrich, e BECK-GERNSHEIM, E. (1995 e 1990), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- BERGER, P., e KELLNER, H. (1975, 1964), «Marriage and the construction of reality», in M. ANDERSON (ed.), *Sociology of the Family — Selected Readings*, Harmondsworth, Penguin Education, pp. 302-323, texto original publicado em *Diogenes*, 1964, pp. 1-23.
- BOURDIEU, Pierre (1972a), «Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction», in *Annales, ESC*, n.º 24, 4-5.
- BOZON, Michel (1991) «Mariage et mobilité sociale en France», in *European Journal of Population*, 7, pp. 171-190.
- BOZON, Michel (1992), «Sociologie du rituel du mariage», in *Population*, 2, pp. 409-434.
- BURGESS, Ernest, LOCKE, M. J., e THOMAS, M. (1960), *The Family from Institution to Companionship*, Nova Iorque, American Book.
- CHAUDRON, Martine (1984), «Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes. Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles», in AAVV, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*, Presses Universitaires de Grenoble, pp. 17-26.
- DELPHY, Christine (1978), «Travail ménager ou travail domestique?», in Andrée Michel (dir.), *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF, pp. 39-54.
- DELPHY, Christine (1992), «A theory of marriage», in L. McDowell e R. Pringle (eds.), *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press, The Open University, pp. 138-139.
- GIDDENS, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- KAUFMANN, Jean Claude (1992), *La trame conjugale. Analyse du couple par son linge*, Paris, Nathan.
- KAUFMANN, Jean Claude (1993), *Sociologie du couple*, Paris, Presses Universitaires de France.
- KELLERHALS, Jean, et al. (1982), *Mariages au quotidien — inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausana, ed. Pierre Marcel Favre.
- KERGOAT, D. (1984), «Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation», in AAVV, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, pp. 207-220.
- LUHMANN, Niklas (1986), *Love as Passion. The Codification of Intimacy*, Cambridge, Polity Press.
- MERTON, Robert, *Social Theory and social Structure*, Nova Iorque, The Free Press, 1968.
- OSMOND, Marie Withers (1987), «Radical-critical theories», in Marvin B. Sussman e Suzanne K. Steinmetz (orgs.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova Iorque, Plenum Press, pp. 103-124.
- PARSONS, Talcott, e BALES, Robert (1956 e 1968), *Family, Socialization and Interaction Process*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
- SCHWARTZ, Olivier (1990), *Le monde privé des ouvriers. Hommes et femmes du Nord*, Paris, PUF.
- SINGLY, François de (1987), *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, Presses universitaires de France.
- SINGLY, François de (1987a), «Théorie critique de l'homogamie», in *L'Année sociologique*, 37, pp. 181-205.
- SINGLY, François de (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan.
- TORRES, Anália, (2000) *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade, Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- TORRES, Anália, (2001) *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.